



***O Paulista* – O primeiro jornal da Província¹**

Valdenizio Petrolli²

Resumo

São Paulo foi a sétima província brasileira a lançar um jornal. A iniciativa coube ao professor Antônio Mariano de Azevedo Marques, o Maestrinho que, em meados de 1823, editou o bi-semanário *O Paulista*. Por falta de uma tipografia na cidade de São Paulo, o jornal era manuscrito em papel de cartório e cada exemplar correspondia a cinco sócios. Quando um terminava a leitura, encaminhava para o outro. O jornal teve vida curta, mas a expressão: *sócio de jornal* é usado até os dias de hoje, como sinônimo de *assinante*. A primeira tipografia instalada foi em 1827 e imprimiu *O Farol Paulistano*. A partir de então, surgiram novos títulos de jornais, revistas, boletins e fascículos editados pelos mais variados setores da sociedade paulista. Na virada do século XIX para o século XX, foi intensa e diversificada a produção tipográfica na capital e Interior de São Paulo.

Palavras chaves:

Imprensa; História; Jornalismo.

¹ Trabalho apresentado ao GT de História da Mídia Impressa, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007.

² Valdenizio Petrolli é Jornalista e Advogado. Mestre em Metodologia da Comunicação e Doutor em Teoria e Ensino da Comunicação. É um dos fundadores da Rede Alfredo de Carvalho e do GIPEM – Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
petrolli@terra.com.br



O Paulista - O primeiro jornal da Província

Na segunda-feira, 22 de setembro de 1823, a população de São Paulo ainda comemorava o primeiro aniversário da Proclamação da Independência do Brasil, quando discretamente, começava a circular o bi-semanário *O Paulista*, primeiro jornal da Província. O responsável pela iniciativa foi o professor de Gramática Latina e Retórica, Antonio Mariano de Azevedo Marques, apelidado pelos seus amigos de Mestrinho. Na cidade ainda não havia uma tipografia, mas o jovem professor não se deu por vencido: lançou um jornal era manuscrito a bico-de-pena ora em lauda e meia de papel de peso ou em duas laudas de papel ordinário usadas pelos cartorários para lavrar escrituras e outros documentos. A redação era na varanda de sua casa, situada na Rua São Bento, 79, atualmente, conhecido como o Centro Velho de São Paulo, onde tinha três mesas com tinteiros de vidro, as penas de pato e o pote com areia fina para enxugar os translado. No censo realizado em 1822 constatou que na cidade tinha 6.920 habitantes, sendo 2.916 homens e 4.004 mulheres.

Contudo, cinco dias antes do lançamento do jornal, dia 17 de setembro de 1823, Antônio Mariano de Azevedo Marques, encaminhou à Junta Governativa da Província de São Paulo, um o pedido de licença para funcionamento do jornal. Junto com o requerimento, ele anexou o Prospecto e o Plano de um estabelecimento patriótico para suprir a falta de tipografia. Esses documentos foram aprovados, sem nenhum adendo, com o seguinte despacho: *“Para isso não precisa de licença, contanto que não abuse e deve para isso o redator assinar cada folha, visto não ser impressa”*.

O prospecto, na prática, é um resumo do projeto: *“Tendo-se incumbido a redação de um periódico regular (na forma do plano Junto) ao Autor da folha intitulada – O Paulista – este faz saber aos senhores, subscritores que começará desde já os seus trabalhos, fazendo aparecer na segunda-feira próxima, 22 de setembro, o 1.º n.º do dito periódico com o mesmo título que tinha. Como não é de sua habilidade nem de seus conhecimentos (que são nenhuns) que ele espera objetos interessantes ele se oferece para inserir na dita sua folha toda e qualquer causa pública, com a condição, porém de lh’a remeterem assinada e de ficar o original em seu poder para com ele salvar-se todas as vezes que for demandado judicialmente. Adverte igualmente que há de sempre separar*



semelhante correspondências das outras, pelas quais quiser ficar responsável por meio de nota seguinte – O Redator não fica responsável pelo que se segue. – Não se obriga, com tudo, a transcrever qualquer peça insultante, ou só tendente a satisfazer ódios particulares, exceto no caso de ter inscrito anteriormente alguma cousa que diretamente acuse a algum indivíduo, pois nesse caso obriga-se por este a inserir a resposta a essas acusações, em qualquer termo que seja concebida. O artigo 4 do Plano junto fica toda a cargo do Redator, pois que ele se incumba de dirigir os trabalhos das copias e por isso os senhores subscritores podem mandar procurar a Nos. A casa do Redator na rua S. Bento n.º 79, devendo remeter (na forma do plano) a importância de um mês adiantado, advertindo igualmente que cada 8 páginas ordinárias farão um mês. Do resto o Redator protesta que o seu fim principal é conciliar os espíritos e fazer convergir todas as opiniões para este único centro – Independência e Monarquia Constitucional. Feliz ele se forem ouvidas as vozes com que bradar para reconduzir a paz e sossego a sua querida Pátria. São Paulo, 17 de setembro de 1823. (a) Mariano de Azevedo Marques”.

Com o título - **PLANO DE UM ESTABELECIMENTO PATRIÓTICO PARA SUPPRIR A FALTA DE TIPOGRAFIA** - Antonio Mariano de Azevedo Marques apresenta o seu projeto, referindo-se, antes, à importância de um órgão sério e honesto para divulgação dos fatos, na Província:

“Como, desgrazadamente, não tem sido possível à Província de São Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias a um país livre, para dirigir a opinião pública, cortando pela raiz os boatos que os malévolos não cessam de espalhar para conseguir seus fins ocultos, é mister lançar mão do único meio que nos resta. Deverá pois ser suprida a falta de tipografia pelo uso de amanuenses, que serão pagos por um sociedade patriótica, e aos quais incumbe escrever o número de folhas, que devem ser repartidas pelos subscritores no dia determinado para a sua publicação”.

1.º - *Em consequência pois deve haver um Redator que se encarregue de dar duas folhas cada semana, conforme o projeto por ele apresentado; e supondo que este Redator ou Redatores tomarão este trabalho somente por*



patriotismo, trabalhará gratuitamente, e fica outro sim a seu cargo dirigir e aplicar ao trabalho os amanuenses quem se pagará por ajuste.

2.º - Far-se-há uma subscrição de 40 assinaturas sendo o preço de cada uma de 320 reis mensais que serão pagos impreterivelmente no 1.º de cada mês; e como não é possível dar a cada subscritor uma folha, serão distribuídas a cada 5 subscritores uma folha, repartindo-se os subscritores em 8 turnos, arranjando-se em sociedade de 5, dos quais um deve ficar encarregado de procurar em casa do Redator, ou onde a este aprouver a folha que pertencer ao seu turno e deixará bem claro que a recebeu a dita folha. Haverá pois na casa do Redator uma lista nominal dos subscritores com a declaração dos turnos a quem pertencem.

3.º - Repartidos assim os subscritores segue-se que deve o amanuense aprontar oito cópias de cada folha a qual devendo ser de folha e mais de papel pelo, ou de folha de papel ordinário, receberá por cada folha 140 reis que a razão de 16 folhas por semana faz por mês a soma de 10\$000, que serão pagos a um ou dois amanuenses conforme o ajuste.

4.º - Nomear-se-há um Tesoureiro que receberá a quota de cada subscritor e que pagará o ordenado ao amanuense no fim de cada mês, de que deve apresentar uma conta, assim como da despesa etc., que fará com os 2.800 que restam do total da subscrição, na casa onde forem distribuídas as folhas para chegar ao conhecimento dos subscritores e ficar assim o dito Tesoureiro ao abrigo de qualquer juízo avesso. Este Tesoureiro pode ser o mesmo Redator, querendo;

5.º - Como é natural que mesmo na cidade e nas diversas vilas haja mais subscritores, deve-se-hão aumentar as folhas na mesma razão de uma folha para cada cinco subscritores e aumentando-se assim a soma da subscrição, pode aumentar-se o ordenado ao amanuense ou crescer o numero deles.

6.º - Depois de feita a subscrição e apresentado pelo Redator o prospecto da folha será tudo levado ao conhecimento do Exmo. Governo, para este autorizar um semelhante estabelecimento, que sendo desempenhado com a dignidade conveniente será de grande vantagem para esta Província.



Código de Ética

Outra novidade apresentada na época entre linhas no Prospecto e do Plano de *O Paulista* foi o seu Código de Conduta, que definia que o programa tratava de interesses da causa pública e nesse sentido publicaria todos os artigos, as correspondências, que lhe fossem endereçados com a indispensável responsabilidade do autor. As peças insultuosas ou tendentes a satisfazer ódios pessoais não teriam guarida em suas colunas”. Mesmo assim, no prospecto, o diretor do jornal garantia o Direito de Resposta, no caso de alguém direto ou indiretamente sentisse ofendido com alguma matéria: “pois nesse caso obrigar-se por este a inserir a resposta a essas acusações, em qualquer termo que seja concebida”.

Anos mais tarde, o jornalista Danton Jubim escrevia: “*O que pode exigir de um jornal, é que ele seja honesto com seus leitores, os quais, aliás, não esperam dele que faça milagres e lhes apresente um quadro impecável, irretocável, irretatável, das coisas que sucedem na cidade, no país e no mundo. O que se pode pedir do jornalista é que não use de má-fé com seu público, induzindo-o a erro em matéria de fato, seja falsificação das notícias, seja pela omissão*”. Esses princípios foram seguidos pelo Maestrinho. Contudo, a história não registrou quantas edições foram editadas do *O Paulista*, mas com certeza não sobreviveu até o final de 1823.

Passaram-se quatro anos, e as atividades jornalísticas de Antonio Mariano de Azevedo Marques só foram retomadas em 1827, como um dos redatores do *O Farol Paulistano*, o primeiro jornal ter oficina tipográfica na Província de S. Paulo. Esse tri-semanário era dirigido por José da Costa Carvalho, Barão, Visconde e Márquez de Montalegre e membro da Regência Trina, em 1831 – 1835. Na primeira página, junto com o cabeçalho do jornal trazia a expressão escrita em francês: *La liberté est une enclume que usera tous les manteaux*. Em português, *A liberdade é um instrumento*



para ser usada e mantida por todos.. O primeiro número circulou em 7 de fevereiro de 1827 e o último e datado de 1833.

O primeiro jornalista paulista, Antonio Mariano de Azevedo Marques nasceu em São Paulo a 17 de junho de 1797, Com 4 anos de idade sabia ler e aos 11 anos já conhecia o latim e dava aulas para os moços do coral da Catedral da Sé, que apelidaram o menino de “Mestrinho”. Foi professor da Cadeira de Latim e Retórica na Faculdade de Direito de S. Paulo, no período de 1828 até 1835. Advogava junto com seu pai, Manoel Eufrásio de Azevedo Márquez. Foi de sua autoria o projeto da construção do Monumento da Independência, no bairro da Ipiranga. Foi juiz de paz, vereador, membro do Conselho do Governo e da Assembléia Provincial. Ocupou os cargos de vice-presidente da Província (1837), secretário da presidência do desembargador Macedo Nunes e de Carlos Carvalho (1839-1842). Escrivão da irmandade de Santa Casa de Misericórdia de 1823 a 1825. Em 1842, mudou-se para o Rio de Janeiro onde ocupou o cargo de auxiliar de gabinete do Visconde de Macaé. Faleceu no Rio de Janeiro a 9 de setembro de 1844, aos 47 anos de idade.

Virando a página

A Província de São Paulo foi a sétima a lançar um jornal no Brasil, mas ao chegar ao final do Século 19, já tinha computado só na capital, mais de 1.493 títulos, incluindo jornais, revistas e outras publicações.

EVOLUÇÃO DA IMPRENSA NA CIDADE DE SÃO PAULO - 1823 A 1914

PERÍODO	JORNAL	REVISTA	OUTROS	TOTAL
1823 - 1829	3	-	-	3
1830 - 1839	17	1	-	18
1840 - 1849	26	-	-	26
1850 - 1859	37	7	-	44
1860 - 1861	58	9	1	68
1870 - 1879	61	1	-	67
1880 - 1889	219	14	1	234
1890 - 1899	306	35	6	347
1900 - 1909	449	81	7	537



1910 - 1914	108	35	6	149
-------------	-----	----	---	-----

Fonte: Affonso A. de Freitas *in* *Imprensa Periódica de São Paulo*

E, segundo pesquisas de Lafayette de Toledo, no período de 1827 a 1895, constatou-se que mais de 100 cidades do Interior já tinham lançado pelo menos um jornal ou revista. O primeiro jornal o foi *O Paulista*, de Sorocaba. Circularam quatro números em maio e junho de 1842, com redação de Padre Feijó.

Em 18 de abril 1873, aconteceu na cidade de Itu, Interior Paulista, a Primeira Convenção Republicana no Brasil. Desse encontro participaram 133 convencionais, 78 cafeicultores e 55 de outras profissões. Naquele os participantes acordaram que era necessário lançar um jornal para divulgar os ideais republicanos. Dois anos depois, no dia 4 de janeiro de 1875, surgiu o jornal *A Província de S. Paulo*, fundado por pessoas que marcaram presença na Convenção de Itu. Esse diário tinha como objetivos divulgar os ideais republicanos, mas não pertencia ao Partido Republicano Paulista. Com a Proclamação da República, o título foi trocado para *O Estado de S. Paulo*. Os proprietários formaram uma sociedade comandita integrada por industriais, comerciantes, agricultores, intelectuais e políticos. Os primeiros diretores foram Américo de Campo e Francisco Rangel Pestana. O administrador da empresa era José Maria Lisboa, que mais tarde desligou-se da empresa e fundou o jornal *Diário Popular*, hoje, com o título *Diário de S. Paulo*, pertencente ao Grupo O Globo, do Rio de Janeiro. José Maria Lisboa foi substituído por Alberto Sallles e esse, por Julio de Mesquita, cuja família logo se tornaria a única proprietária até os dias atuais.

O grande sucesso do jornal do jornal, no entanto, foi a venda avulsa pelas ruas da cidade, mesmo porque no século 19 ainda não existiam bancas ou pontos de vendas de jornais. A idéia da venda avulsa foi do imigrante francês Bernard Gregoire que saía



às ruas montado num cavalo e tocando uma corneta para chamar a atenção do público. O primeiro jornaleiro tornou-se mais tarde símbolo do próprio jornal. Os seus principais concorrentes na época – *Correio Paulistano* (1854), *Diário de S. Paulo* (1865) e *O Ipiranga* (1869) desdenharam esse tipo de vendagem. Nenhum deles sobreviveram ao longo da história. No dia 15 de abril de 2007, o *Estadão* circulou com 278 páginas, com tiragem de 346.255 exemplares. E, o seu principal concorrente, o *Folhã (Folha de S. Paulo)*, com 242 páginas e com tiragem de 415.638 exemplares.

Bibliografia

- ALMEIDA, Aluísio de. História de Sorocaba. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.
- BAHIA, Juarez. *Três fases da Imprensa Brasileira*. Santos, Editora Presença, 1960.
- BOURROUL, Estevam Leão. *A tipografia e a litografia no Brasil*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Vol. XIII. São Paulo, 1908.
- FREITAS, Affonso A. de *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. Edição da Revista do Brasil. Monteiro Lobato & Cia. Editora. São Paulo, 1921.
- FREITAS, Affonso A. de. *Imprensa Periódica de São Paulo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume XIX (1914). São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915.
- JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. Clássicos do Jornalismo da Escola de Comunicação e Arte da USP. São Paulo, Edusp : Com-Arte, 1992.
- MARTINS, Antonio Egydio. *Jornaes e Jornalistas*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. XVII. São Paulo, 1912.
- MELO, Luis Correia de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo, Editora Gráfica Irmãos Andrioli, 1954.
- DUARTE, Paulo. *127 anos da Imprensa Paulista*, em O Estado de S. Paulo, segunda-feira, 25 de janeiro de 1954. Edição do IV Centenário de São Paulo. p 80 a 86.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3.^a ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.



TOLEDO, Lafayette de. *Imprensa Paulista*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. III. São Paulo, 1898.